

ALPHAVILLE - várias casas em construção. Grande valorização

Fotos: MARCUS OTTONI



Dalla abriu o seminário, em que Campos e Teixeira da Costa debateram com Simonsen

Simonsen propõe nova moeda

E diz que desindexaria a economia se voltasse para a Seplan

O ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, defendeu ontem uma reforma monetária que desindexasse a economia pela sua própria indexação através da criação de uma moeda confiável ligada à ORTN, como a caminho mais seguro para se combater a inflação no Brasil. Esta fórmula, de autoria do economista André Lara Rezende, seria colocada em prática caso Simonsen fosse convidado para ser o ministro do Planejamento do próximo Governo, mas ele esclareceu que essa é uma hipótese da qual não se cogita.

A afirmação do ex-ministro do Planejamento foi feita no Seminário sobre Mercado de Capitais e o Desenvolvimento Democrático, promovido pela Comissão de Economia do Senado e pelo Comitê de Divulgação do Mercado de Capitais, onde o senador Roberto Campos aproveitou a oportunidade para criticar a Lei de Informática. Para o senador, esta lei consigna um vasto arsenal de isenções para o setor, e existem sérias dificuldades a respeito do dispositivo que cria um fundo de 0,8% da receita fiscal, algo em torno de 700 bilhões de cruzeiros. Esse dispositivo, disse Roberto Campos, deve ser revisto por ser ilegal e inconstitucional, considerando que a receita fiscal pertence aos Estados e Municípios.

O Seminário sobre Mercado de Capitais e o desenvolvimento Democrático reuniu Mário Henrique Simonsen, que falou sobre Desenvolvimento, Democracia e Mercado de Capitais; Carlos Casagrande Sehebe, que discorreu sobre Geração de Emprego através do Mercado de Capitais; Roberto Teixeira Costa, que fez uma exposição sobre Instrumentos para Capitalização da Pequena e Média Empresa; e Paulo Setúbal Neto, que falou sobre o Programa de Aposentadoria Individual do Trabalhador (PAIT).

Os debates foram poucos, e o ex-ministro Mário Henrique Simonsen despertou a atenção dos presentes ao emitir a sua opinião sobre os três pontos cruciais da economia brasileira: inflação, correção monetária e política salarial. Para Simonsen, a inflação só será corrigida com uma reforma da política monetária, para corrigir distorções absurdas que ocorrem atualmente. Ao final de cada mês, disse o ex-ministro, verifica-se uma certa expectativa e até histeria para se saber o IGP (Índice Geral de Preços), porque na medida em que a inflação for alta, melhor para os aplicadores. Mário Henrique Simonsen ponderou ainda que é difícil, combater a inflação, quando todas as correções — salários, aluguéis, taxas — estão atreladas a correção passada, o que significa que a inflação futura será correspondente à passada.

No que diz respeito à correção monetária, o ex-ministro do Planejamento lembrou que este instrumento foi criado com determinadas características e depois se estendeu além da conta. Inicialmente prevista para contratos a longo prazo como uma garantia contra a inflação, o privilégio da correção monetária também foi concedido a títulos de curto prazo, gerando um grande desequilíbrio no mercado interno.

Mário Henrique Simonsen criticou também a atual política salarial, sobretudo porque se criou uma certa ilusão de proteção ao trabalhador com a semestralidade. Na realidade, observou, os salários são corrigidos semestralmente, mas esse reajuste fica na dependência do que acontecer com a inflação nos próximos seis meses, período em que o poder aquisitivo do trabalhador vai sendo diluído pela inflação. O que a atual legislação salarial indica, disse o ex-ministro, é que o trabalhador deve poupar logo

após o primeiro reajuste, para poder suportar os últimos três meses do semestre, seguramente muito magros.

MERCADO DE CAPITAIS

Na sua exposição sobre mercado de capitais e desenvolvimento democrático, o ex-ministro afirmou que é necessário um fortalecimento de um mercado privado de capitais que possa competir com as instituições financeiras estatais. Embora deva se reconhecer os progressos realizados neste setor a partir de 1964, Simonsen lembrou que é preciso se fazer um diagnóstico do relativo atraso do mercado acionário brasileiro, comparativamente ao desenvolvimento dos títulos de renda fixa: depois é preciso dimensionar o que se pode esperar com realismo da política de democratização do capital das empresas, e, finalmente, cabe indagar até que ponto a abertura do capital interessa ao Governo a ponto de merecer incentivos.

Simonsen advertiu que,

em primeiro lugar, ninguém compra ações, que são títulos de risco, a menos que espere que elas venham a render mais do que as aplicações de renda fixa, e isso significa que, para a empresa abrir capital não é conseguir dinheiro barato, mas dinheiro estável. Em segundo lugar, disse o ex-ministro, abrir capital envolve custos fixos e o vencimento de resistências psicológicas. Os custos fixos são os do lançamento inicial de ações ao público, e as resistências psicológicas dizem respeito ao fato de que o controlador, ao abrir o capital de sua empresa, torna-se obrigado a prestar contas a terceiros, os acionistas minoritários.

Por fim, o ex-ministro advertiu que no mercado de ações, o principal reforço deve provir da poupança institucional que, entre outros méritos, amortece as oscilações especulativas de preços, e cabe estimulá-lo, porque o Brasil precisa de mais poupança interna no momento em que a externa se tornou racionada.



Simonsen e Campos: uma fórmula para desindexar